

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – E.M. Nº 001 / 2021 – SEFA
BELÉM (PA), 27 DE JANEIRO DE 2021**

Excelentíssimo Senhor Governador de Estado,

1. A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou Órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.

3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados e avaliados quanto à consistência dos dados neles contidos, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2020, se encerra em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência.

5. Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao 3º quadrimestre de 2020 (janeiro a dezembro), período de referência setembro a dezembro.

Respeitosamente,

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	(a)	(b)												
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	928.630	921.154	1.260.028	1.005.307	966.615	1.115.588	975.326	991.373	992.638	1.200.155	1.528.709	1.077.626	12.963.148	
Pessoal Ativo	648.760	635.626	969.890	710.594	673.326	676.708	678.682	686.812	678.221	883.907	1.050.831	758.329	9.051.685	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	563.426	534.364	533.322	582.100	543.041	545.469	545.068	553.828	544.393	783.714	849.503	530.078	7.108.305	
Obrigações Patronais ⁴	85.334	101.261	436.568	128.494	130.285	131.239	133.614	132.985	131.928	99.980	201.125	228.058	1.940.870	
Benefícios Previdenciários ²									1.900	213	204	193	2.510	
Pessoal Inativo e Pensionistas	279.871	285.528	290.138	294.713	293.289	438.880	296.645	304.561	314.418	316.248	477.877	319.297	3.911.464	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	232.488	238.246	243.234	247.478	246.269	367.690	249.486	257.251	266.327	269.260	406.039	272.574	3.296.343	
Pensões	47.383	47.282	46.904	47.234	47.020	71.190	47.159	47.310	47.935	46.972	71.822	46.707	614.918	
Outros Benefícios Previdenciários ³				-	-	-	-	-	156	16	16	16	204	
Outras desp.de pessoal decorrentes de contr.de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	304.492	150.695	314.382	305.846	304.571	449.876	305.470	314.760	322.225	290.194	360.267	268.630	3.691.408	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	33	122	179	28	55	147	114	64	149	88	75	1.054	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	29.588	34.764	31.732	17.310	18.812	21.231	16.940	23.334	23.014	33.788	35.995	48.532	335.039	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	270	1.224	1.356	306	83	209	646	121	429	2.173	616	2.931	10.366	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁴	274.634	114.673	281.172	288.051	285.648	428.381	287.737	291.191	298.718	254.084	323.568	217.093	3.344.949	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	624.139	770.459	945.646	699.460	662.044	665.712	669.856	676.613	670.413	909.961	1.168.441	808.996	9.271.741	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.196.557	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)¹	21.790	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)¹	209.912	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	23.964.855	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	9.271.741	38,69
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.646.920	48,60
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.064.574	46,17
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.482.228	43,74

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data da Emissão 18/Janeiro/2021 e hora de emissão 08h e 31m

Notas:

¹Informação disponível no Portal do Tesouro Nacional na internet, na página <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios/transferencias-constitucionais-e-legais>, na opção "7-Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada" nos tópicos "Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais" e "Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares de Bancada".

²Na linha Obrigações Patronais, na coluna do mês de Março/20, além do valor da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento mensal do Estado no montante de R\$ 92,727 milhões, foi executado orçamentariamente para o RPPS como Contribuição Patronal Complementar (Inciso VI, art. 84, Lei Complementar Estadual nº 39), o valor de R\$ 343,841 milhões proveniente do Excedente da Cessão Onerosa (Lei Federal nº 12.276/2010), e na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados os referidos valores foram utilizados pelo IGEPREV de forma diluída no financiamento do pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas no meses de março (R\$ 165,750 milhões), abril (R\$ 172,842 milhões), maio (1,866 milhões) e junho (R\$ 3,383 milhões).

Paulo Roberto Paiva de Oliveira
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

René de Oliveira e Sousa Júnior
Secretário de Estado da Fazenda

José Rubens Barreiros de Leão
Auditor Geral do Estado